As transformações na dinâmica de competição interna no Frente Amplio de Uruguai, 2011-2014[[1]](#footnote-1)

Bruno Vera Piedrabuena

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo
brunovera@usp.br

**Resumo:**

Este trabalho tem por objetivo analisar as mudanças na dinâmica de competição interna entre as frações do Frente Amplio geradas pelas modificações estatutárias de 2011 e as eleições internas de 2012. Para isso primeiramente apresenta-se o enquadramento conceitual para o estudo da estrutura de competição interna e dos sistemas eleitorais dos partidos; na segunda parte do trabalho se resumem as principais caraterísticas da organização interna do Frente Amplio, as caraterísticas do seu sistema eleitoral e os efeitos nas dimensões de representação, efetividade e participação. Finalmente analisam-se os resultados das eleições internas de 2012 e os efeitos gerados sobre a dinâmica de competição entre as frações ao nível do Plenário Nacional, a máxima autoridade permanente do partido. Para isso foi calculado o índice de desproporcionalidade, o número efetivo de frações, as coalizões mínimas ganhadoras e o índice de Banzhaf. O trabalho conclui que as modificações introduzidas no sistema eleitoral, particularmente a eleição do Presidente do partido conjuntamente com a eleição dos setores políticos ao Plenário Nacional, mudaram a dinâmica da competição entre as frações, gerando um efeito redutor da fragmentação interna do partido que favorece a negociação e acrescenta a capacidade do partido de adotar decisões.

**Palavras chaves:** Frações – Frente Amplio – Sistema eleitoral

**Introdução**

Existe abundante literatura sobre os efeitos dos sistemas eleitorais nos sistemas de partidos (Duverger 1957, Ricker 1986, Duverger 1986, Sartori 1985, 1986 e 1994, Jones 1994 e 1995, Shugart & Carey 1992, Cox 2004, entre outros). No entanto o estudo sobre a relação entre os sistemas eleitorais e o número de frações dentro dos partidos políticos não tem tido tanto desenvolvimento e tem se remitido a extensão dos postulados Duverger-Sartori[[2]](#footnote-2).

Segundo Sartori (1992) a competição política das frações ao interior do partido está regulada pela estrutura de oportunidades, isto é pelo « […] contexto general de recompensas y privaciones, de pagos y sanciones, en que viven y actúan los hombres de partido» (Sartori 1992: 128). Ao nível das subunidades partidárias essa estrutura pode-se reduzir a duas variáveis: a estrutura da organização interna e o sistema eleitoral interno (Sartori 1992: 132). Neste artigo me concentro em estudar essa segunda variável.

Nohlen (1998b y 1999) sinala que é possível diferenciar os sistemas eleitorais de acordo ao seu desempenho em três funções: representatividade, efetividade e participação. O estudo das funções dos sistemas eleitorais pode-se desenvolver nos sistemas eleitorais internos dos partidos.

Partindo do estudo das modificações estatutárias em 2011 e das eleições internas de 2012, foi calculado o índice de desproporcionalidade, o número efetivo de frações, as coalizões mínimas ganhadoras e o índice de Banzhaf para analisar a estrutura de competição internas das frações do Frente Amplio em Uruguai. Os indicadores apresentados confirmaram que as modificações introduzidas pelo sistema eleitoral, particularmente a eleição do Presidente do partido conjuntamente com a eleição dos setores políticos ao Plenário Nacional, mudaram a dinâmica da competição entre as frações gerando um efeito redutor da fragmentação interna do partido, o que favorece a negociação e acrescenta a capacidade de adotar decisões.

O artigo está organizado da seguinte maneira: primeiramente apresenta-se o enquadramento conceitual para o estudo da estrutura de competição interna e dos sistemas eleitorais dos partidos; seguidamente se resumem as principais caraterísticas da organização interna do Frente Amplio, as caraterísticas do seu sistema eleitoral e seus efeitos nas dimensões de representação, efetividade e participação. Finalmente analisam-se os resultados das eleições internas de 2012 e os efeitos gerados sobre a dinâmica de competição entre as frações ao nível do Plenário Nacional, a máxima autoridade permanente do partido.

**1. Estudo da estrutura interna e sistema eleitoral dos partidos**

Os partidos cumprem importantes funções sociais (socialização política, mobilização da opinião pública, representação de interesses, legitimação do sistema político) e institucionais (como o recrutamento político, proposição e debate ideológico, funções de governo). Como mostraram Caramani & Hug (1998), só considerando a Europa a produção académica que tem por objeto de estudo aos partidos e sistemas de partidos tem atingido mais de 11.500 títulos desde 1945. Deles quase a metade têm se concentrado em algum tipo específico de partido, mais da terceira parte é de natureza teórica e unicamente um 10% concentra-se no estudo das organizações partidárias.

Dentro dessa produção o estudo dos efeitos dos sistemas eleitorais sobre os sistemas de partidos constitui um dos temas amplamente documentados (Duverger 1957, Ricker 1986, Duverger 1986, Sartori 1985, 1986 e 1994, Jones 1994 e 1995, Shugart & Carey 1992, Cox 2004). No entanto a discussão sobre a relação entre os sistemas eleitorais e o número de frações nos partidos não teve tanto desenvolvimento e em geral tem se remitido a extensão dos postulados Duverger-Sartori. Katz tem sinalado que os sistemas eleitorais com voto preferencial intrapartidário diminuem a coesão organizativa dos partidos «Sea o no la cohesión el estado “natural” de un partido político, el voto preferencial intrapartidario crea un poderoso incentivo para la desunión» (Katz 1986: 101), contribuindo com isso para a multiplicação de frações nos partidos.

Eldersveld (1964) sinala que o partido é um «” sistema político en miniatura. Tiene una estructura de autoridad… Tiene un proceso representativo, un sistema electoral y subprocesos para reclutar dirigentes, definir objetivos y resolver conflictos internos del sistema…” » (Eldersveld 1964: 1, citado por Sartori 1992: 95).

Nesse sentido, Abal Medina observa que uma das consequências do renascente interesse no estudo das organizações partidárias tem sido o redescobrimento de que elas distam de serem atores homogêneos, pelo contrário constituem organizações complexas onde « […] diversos actores pelean por los recursos de poder y por imprimir determinada estrategia en un marco tipificado por reglas que son a su vez producto de disputas por el poder» (Abal Medina 2002: 43). De acordo com Kitschelt (1994) sinala que existem três componentes analíticos essenciais para dar corta da areia política intrapartidária: as regras formais de decisão, os recursos e os participantes.

Por sua parte Sartori ressaltou a importância de estudar a dinâmica das frações ao dizer que o analise resulta incompleto se não se leva em consideração como essas subunidades agem dentro dos partidos[[3]](#footnote-3). Segundo ele, a competição política das frações ao interior do partido está regulada pela estrutura de oportunidades, isto é pelo « […] contexto general de recompensas y privaciones, de pagos y sanciones, en que viven y actúan los hombres de partido» (Sartori 1992: 128). Ao nível das subunidades partidárias essa estrutura pode-se reduzir a duas variáveis: a estrutura da organização interna e o sistema eleitoral interno (Sartori 1992: 132). Em este artigo me concentro em estudar essa segunda variável.

Segundo Nohlen, um sistema eleitoral pode ser definido como o «[…] conjunto de normas que determinan las formalidades y procedimientos con que los electores seleccionan a los candidatos y partidos políticos de su preferencia y la manera en que su voto determina la asignación de escaños (en el caso de las elecciones parlamentarias) entre las distintas fuerzas políticas participantes» (Nohlen 1998a, citado em Payne*, et al.* 2003: 91).

O sistema eleitoral influencia na estrutura e funcionamento do sistema de partidos políticos e estabelece importantes incentivos que determinam a conduta dos votantes e outros atores políticos que agem na estrutura do sistema de partidos, assim como na orientação e conduta das autoridades eleitas. Além disso, o sistema eleitoral gera efeitos diretos na maneira em que a eleição se traduz em uma assinação determinada de poder e autoridade (Payne*, et al.* 2003: 92).

Nohlen (1998b y 1999) sinala que é possível diferenciar os sistemas eleitorais de acordo ao seu desempenho em três funções: representatividade, efetividade e participação. Um sistema pode-se considerar otimamente representativo quando os grupos políticos ocupam lugares no congresso em proporção praticamente igual a percentagem de votos que obtiveram nas eleições. A efetividade é promovida pelo sistema eleitoral quando o congresso concentra poder suficiente para que as diversas preferências sociais se possam combinar em forma de atos de governo. Finalmente a participação «[…] refiere a la influencia que ejerce la forma de votación en el vínculo entre el elector y sus representantes» (Payne*, et al.* 2003: 92-93).

Não é possível que os sistemas eleitorais cumpram com as três dimensões de maneira absoluta e ao mesmo tempo e é quase inevitável que os intentos por melhorar uma função piorem outra (Nohlen 1998b).

Analogamente ao nível geral o estudo das funções dos sistemas eleitorais pode-se desenvolver nos sistemas eleitorais internos dos partidos. Nesse caso, o estudo da função de representatividade se concentrará nos órgãos de direção do partido eleitos por voto interno. Igualmente, em vez de competição entre partidos neste nível teremos competição entre frações. Por sua parte, a função de efetividade referirá a capacidade do sistema para atingir maiorias nos órgãos do partido, que evitem bloqueios internos e levem a decisões coletivas. Finalmente a participação referira a relação entre votantes internos do partido e seus representantes nesses órgãos.

**Fragmentação interna dos partidos políticos no Uruguai**

O estudo da fragmentação interna dos partidos políticos uruguaios tem se feito, *grosso modo,* partindo da aplicação dos postulados Duverger-Sartori sobre os efeitos dos sistemas eleitorais no sistema de partidos. Existem muitos trabalhos nesta línea, entre outros: Aguiar (1984), Rama (1987), Vernazza (1989), González (1991, 1993), Buquet*, et. al.* (1998), Monestier (1999), Buquet (2000). No entanto, como resenham Piñeiro & Yaffé (2003), podem-se encontrar basicamente dois grupos de explicações que partindo de metodologias diferentes atingem resultados diferentes sobre a importância do fenômeno e sua evolução no tempo (Piñeiro & Yaffé 2003: 4). O primeiro concentra-se em estudar a fragmentação interna dos partidos políticos utilizando como indicador a “oferta” eleitoral. O total nacional de chapas para deputados (Vernazza 1989) ou o total por departamento[[4]](#footnote-4) (Monestier 1999) tem sido o indicador utilizado, concluindo que Uruguai apresenta uma crescente fragmentação interna e também uma resposta positiva do eleitorado « […] frente a esa oferta cada vez más diversificada y probablemente, cada vez más, construida “a medida” » (Monestier 1999: 66).

O segundo grupo concentra-se em estudar a fragmentação interna dos partidos utilizando como indicador o número efetivo de frações ao nível senatorial (NEF) proposto por Buquet*, et. al.* (1998)[[5]](#footnote-5). Neste caso, a conclusão tem sido que o efeito do sistema eleitoral sob as frações dos partidos tradicionais (Partido Nacional e Partido Colorado) longe de estimular uma crescente fragmentação interna, tem exercido uma pressão redutora. Ao mesmo tempo os autores mostram que o sistema eleitoral gera um “efeito ordenador” da interna partidária e que não existe nenhuma tendência nos níveis de fragmentação interna. Finalmente, concluem que o sistema eleitoral não fomenta a multiplicação de frações dos partidos (Buquet*, et. al.* 1998: 45-48).

Ambos grupos de explicações no têm conseguido explicar a maior fragmentação interna do Frente Amplio, nem sua tendência crescente e divergente ao respeito dos partidos tradicionais desde sua fundação em 1971.

Por outra parte, entre os trabalhos que tratam sobre o Frente Amplio tem se produzido poucos estudos que analisem a estrutura interna do Frente Amplio (Lanzaro 2001, 2004; Martínez Barahona 2000 y 2001; Queirolo 2001; Yaffé 2002 y 2005, Vera 2012). Entre eles, ao analisar a dimensão estrutural do processo de institucionalização partidária Yaffé (2002 e 2005) da conta das mudanças produzidas na estrutura organizativa do Frente Amplio. O autor mostra a maior densidade estrutural (em integração, maneira de eleição e composição dos organismos); a evolução interna e parlamentaria das principais frações frenteamplistas; e sinala a existência de uma maior complexidade no processo de toma de decisões, derivados das mudanças na própria estrutura interna do Frente Amplio e suas frações, assim como pelas alianças com o Encuentro Progresista e a Nueva Mayoría[[6]](#footnote-6).

Vera (2012) analisa as mudanças na estrutura de oportunidades das frações do Frente Amplio em duas dimensões: a estrutura interna e o sistema eleitoral interno. Na comparação do período 1971-2008 mostra que a introdução do sistema eleitoral interno foi o maior determinante na mudança das oportunidades das frações, que cresceram sistematicamente desde que instalou-se esse mecanismo em 1997.

**2. O Frente Amplio, breve síntese**

Fundado em fevereiro de 1971 o Frente Amplio (FA) surgiu como uma coalizão de organizações de esquerda, grupos cindidos dos partidos tradicionais e cidadãos independentes[[7]](#footnote-7). A coalizão foi viável eleitoralmente ao superar-se politicamente os impedimentos que estabelecia o sistema eleitoral para a utilização do chamado dobro e triplo voto simultâneo[[8]](#footnote-8), e apoiou-se política e programaticamente no “Compromiso Político” e nas “Bases Programáticas” que subscreveram todos seus integrantes (Yaffé 2005: 104). Igualmente os partidos e grupos fundadores convocaram a conformação de um movimento político unificado propriamente frenteamplista que ficou formalizado ao aprovar seu primeiro estatuto, o “Reglamento de Organización” de 1971 (Yaffé 2005: 104)[[9]](#footnote-9).

Junto com isso, o FA desenvolveu uma amplia rede de organizações de base que favoreceu a integração e militância « […] forjando su activismo en la campaña electoral y en las movilizaciones de masa» (Lanzaro 2004: 39). Embora essa estrutura só tenha sido plenamente integrada na estrutura de decisão em 1986, constituiu uma peça fundamental desde o início configurando um outro rasgo distintivo do FA: sua “dualidad constitucional” na estrutura de toma de decisões. Assim desde sua origem as instâncias diretivas do FA integram-se com representantes dos partidos membros e representantes das bases militantes do partido —independentes[[10]](#footnote-10)— (Lanzaro 2004: 39). Esse caráter colegiado dos órgãos de decisão articulou-se com a existência de fortes lideranças. De fato desde sua etapa fundacional o FA também caracterizou-se por manter um único líder, de consenso e instituído acima das lideranças das frações[[11]](#footnote-11).

No desenvolvimento como organização o FA deixou de ser uma coalizão de partidos para se tornar um partido de coalizão. Com isso os grupos e partidos fundadores converteram-se em frações do novo partido frenteamplista[[12]](#footnote-12) (Yaffé 2005, Lanzaro 2004, Piñeiro & Yaffé 2004). Igualmente, na medida em que essa mudança foi acontecendo, o mapa de frações internas do FA também foi se tornando complexo, produto de rachas, incorporações e alianças entre as frações existentes[[13]](#footnote-13) (Yaffé 2005: 104-105).

A estrutura organizativa atual do Frente Amplio apresenta uma forma piramidal. Na base está composta pelos Comités de Base e no nível imediato superior as Coordinadoras zonais. No nível intermediário encontram-se os órgãos de direção departamental (Plenarios e Mesas departamentales ou Asambleas Extraordinarias). O Plenario Nacional constitui máxima autoridade permanente do Frente Amplio e junto com a Mesa Política e o Congreso Nacional constituem os órgãos de direção nacional do partido.

O Plenario Nacional tem tido diversas modificações (na integração, sobre as questões que podem ser tratadas e nas maiorias necessárias para a tomada de decisões) nas reformas estatuarias feitas em 1986, 1996, 2006 e a última em 2011[[14]](#footnote-14).

Atualmente o Plenario Nacional está integrado por um total de 178 membros: 85 deles pelas bases militantes, 85 pelos setores políticos que integram o partido[[15]](#footnote-15), Presidente e Vice presidente do partido, e até 6 figuras de relevância do partido designadas pelo Plenario Nacional.

A partir da reforma estatutária de 1993 o FA deixou de ter uma integração fixa dos setores políticos (estabelecida nos próprios estatutos) e estabeleceu um regime de Eleições Internas de filhados[[16]](#footnote-16) para determinar a representação de cada fração e a representação das bases militantes no Plenario Nacional e na Mesa Política. Essas eleições têm sido feitas em 1997, 2002, 2006 e por fim analisado neste trabalho, em 2012.

**3. Caraterísticas do sistema eleitoral do Frente Amplio**

As principais caraterísticas do sistema eleitoral interno do FA são definidas pelos artículos 75-77 e Anexos 1 e 2 dos seus Estatutos, assim como nos regulamentos aprovados pelo Plenario Nacional Para cada eleição. Em março de 2012 foi divulgado o regulamento para a eleição interna do 27 de maio de 2012.

O sistema eleitoral do FA é um tipo de sistema segmentado (ou misto). Estes sistemas contam com dois tipos de votos: um para escolher um candidato individual numa circunscrição uni nominal e outro para uma lista de partido em uma circunscrição prlurinominal. Diferente dos sistemas de representação proporcional personalizada, não existe nenhum vínculo entre ambas partes do sistema que garanta um resultado geral adequadamente proporcional (Payne*, et al.* 2003: 103). As principais características do sistema eleitoral são:

**Eleições simultâneas.** No mesmo ato eleitoral são escolhidos os representantes das frações e os delegados de base das Coordinadoras de Montevideo e Departamentales do interior para integrar o Plenario Nacional. Também no mesmo ato eleitoral escolhem-se os representantes das frações e delegados de base para cada Plenario Departamental.

Na eleição de 2012 escolheram-se também simultaneamente os três delegados regionais do exterior ao Plenario Nacional. Assim mesmo, pela disposição transitória aprovada em novembro de 2011 e por única vez na eleição interna de 2012, escolheram-se também simultaneamente o Presidente do Frente Amplio e 19 Presidentes dos Plenarios Departamentales[[17]](#footnote-17).

**Voto conjunto[[18]](#footnote-18).** O FA não tem percorrido um caminho único sobre o voto conjunto. Em 2002 e 2006 as eleições dos representantes dos setores políticos para o PN vincularam-se por meio do voto conjunto com as eleições dos representantes dos setores políticos para os respectivos Plenarios Departamentales. No entanto, na eleição de 2012 o FA voltou para a fórmula de 1997 desvinculando esse voto.

**Tipo de chapas.** As chapas de candidatos dos setores políticos para o PN são fechadas, isso implica que o eleitor não pode adicionar nem remover nomes; e bloqueadas, isto é que o eleitor também não pode modificar a ordem que aparecem os nomes dos candidatos nas chapas (Bottinelli 1995). Enquanto isso, os integrantes das bases no PN escolhem-se pelo sistema de nóminas de votação.

Na última eleição, incorporou-se também uma quota de gênero segundo a qual a cada três candidatos nas chapas deverão ser representados os dois gêneros. O critério deve ser aplicado nos titulares e suplentes (Estatutos 2011, disposição transitória a)).

No caso da eleição para Presidente do FA e dos Presidentes dos Plenarios Departamentales, foi previsto que as folhas de votação não tivessem nenhuma identificação com as frações (números ou lendas) (Arts. 10 e 26 Reglamento de Elección 2012, FA).

**Distritos eleitorais.** Os assentos dos setores políticos no PN são distribuídos com base em um único distrito eleitoral[[19]](#footnote-19). A eleição do Presidente do FA também se fez com base em um único distrito eleitoral; e estabeleceram-se 19 distritos (correspondentes com a divisão administrativa do País) para a eleição dos presidentes dos Plenarios Departamentales.

**Sistema de representação proporcional.** No caso dos setores políticos «la totalidad de los lugares se distribuem […] de acuerdo al sistema de representación proporcional integral, y se asegurará a cada una de las organizaciones integrantes un representante en el Plenario […] » (Estatutos FA, Art. Nº75). São selecionados titulares e suplentes entre as chapas que apresenta cada lema ou coligação, sendo que cada lema pode apresentar uma única chapa de candidatos.

**Período de eleição.** Os titulares e suplentes são eleitos por um período máximo de 30 meses e não há possibilidade de eleição antecipada ou adicional. Contudo, as eleições internas têm sido feitas em ciclos irregulares que têm ultrapassado os 30 meses (1997, 2002, 2006 y 2012).

Observa-se que uma das principais caraterísticas das eleições internas do Frente Amplio, especialmente nas eleições de maio de 2012, é o alto número de escolhas e por tanto a complexidade que implica para o eleitor emitir o(s) seu(s) voto(s). A imagem embaixo de um cartaz de difusão partido sobre as eleições da conta dessa complexidade.



 Fonte: Frente Amplio

**4. Efeitos do sistema eleitoral sobre a dinâmica de competição**

O sistema eleitoral do FA favorece a representatividade em detrimento da efetividade e participação.

A representação proporcional pura surge da combinação de um sistema de representação proporcional com distritos eleitorais de grande tamanho. Isso faz com que a função de representatividade do sistema seja alta no caso das frações[[20]](#footnote-20).

O grão de proporcionalidade também muda segundo a fórmula eleitoral usada para a transformação de votos em lugares no PN. O uso do sistema de quotas Hare[[21]](#footnote-21), junto com a utilização de um sistema de restos que não exige atingir a quota simples Here favorece a representatividade e estimula a multiplicação de frações pequenas, o que afeta a proporcionalidade.

Devido à alta proporcionalidade do sistema eleitoral, pode-se inferir que o sistema de eleição dos setores políticos não ajuda na efetividade do PN. O próprio sistema de representação proporcional e o tamanho da circunscrição também não ajudam para melhorar a função de participação das frações. Assim mesmo, o estabelecimento de chapas fechadas e bloqueadas diminui os vínculos entre eleitores e representantes das frações.

**Conjuntura e efeitos da eleição de Presidente do Frente Amplio**

A eleição do presidente do Frente Amplio gero uma grande mudança na dinâmica de competição das frações, por causa de que a luta pela presidência do partido tornou-se no principal atrativo da eleição interna. Essa eleição foi resultado de um longo processo de discussão surgido como consequência das posições das frações sobre o rol da estrutura interna e as regras que deve ter essa organização para a tomada de decisões.

Entre outros, os fatos que foram gerando tensão na estrutura interna e na tomada de decisões do FA podem-se remitir ao ano 2007, quando o partido não conseguiu atingir as maiorias necessárias no congresso para renovar a presidência[[22]](#footnote-22).

Um segundo fato importante se produz com a resolução do processo de seleção do candidato para a governação de Montevideo nas eleições de maio de 2010[[23]](#footnote-23). A perda de um 13% dos votos (comparada com a eleição anterior), contribuiu para incrementar os níveis de crítica sobre a representatividade dos órgãos de decisão do partido.

As críticas sobre a legitimidade da estrutura interna continuaram em 2011 quando se produziram dois novos fatos: a ruptura do mandato partidário votado pela unanimidade do Plenario Nacional sobre o apoio a lei interpretativa da “Ley de Caducidad”[[24]](#footnote-24); e em Julho de 2011 quando um dos seus Senadores não votou o projeto de lei sobre “Participación Públco Privada” embora tinha-sido definida essa posição pela maioria dos legisladores do FA na coordenação da bancada do partido[[25]](#footnote-25).

Em dezembro de 2010 o FA iniciou o processo de reforma estatutária no PN partindo de um documento base que entre outros temas referia a unidade de ação do partido, a reformulação dos seus estatutos partidários e a refundação da força. Instalou-se uma comissão que teve a tarefa de analisar o “Funcionamiento de la estructura política, participación en la misma, análisis del Estatuto y eventuales modificaciones que tengan como objetivo ampliar y profundizar la participación de los frenteamplistas en la movilización, el debate y la decisiones de esta fuerza política; entre otras, los mecanismos de elección de autoridades” (Documento Comisão Restrutura FA). As questões abordadas no documento e que com diferentes níveis de acordo foram submetidos a consideração do Plenario Nacional de novembro de 2011 foram: 1. Mecanismos de democracia, 2. Comités de Base Virtuales, 3. Asambleas de adherentes de Coordinadora y Departamental, 4. Integración de las Departamentales, 5. Designar al Presidente del Frente Amplio a través de elecciones internas, 6. Representación de los Grupos Políticos, 7. Participación de la Juventud y 8. Participación de la Mujer.

Embora tenham sido adotadas diversas resoluções sobre essas questões[[26]](#footnote-26), o assunto que cobrou maior relevância pública foi a modificação na forma de eleição das autoridades. Sobre isso, o PN resolveu que “1) En las primeras elecciones nacionales de carácter interno que el Frente Amplio realice se elegirán simultáneamente, además de los miembros del Plenario Nacional (Artículos 80º y 81º) y de los Plenarios Departamentales (Artículos 51º inc. c y d), en hojas separadas el Presidente del Frente Amplio (Artículo 79º inc. a y f) y los Presidentes de las Departamentales (Artículo 50º inc. d y 66º d)”(Estatuto FA 2011, Disposiciones Especiales y Transitorias, Literal c). Com essa decisão alterou-se também a dinâmica da competição para a eleição das autoridades do Plenario Nacional, se tornando presidencialista.

As frações que tinham tido maior votação interna na eleição de 2006 apresentaram candidatos para a presidência, e a maioria das restantes frações foram se posicionando sobre essas candidaturas.

**5. Eleições e os resultados eleitorais de 2012**

**Chapas apresentadas**

A eleição dos delegados das frações ao Plenario Nacional caracterizou-se pela grande quantidade de chapas que foram apresentadas. Em total foram 19 e muitas delas já incluíam mais de um setor político dentro da chapa. As chapas apresentadas foram: “Lista 27, Movimiento Claveles Rojos-Movimiento Alternativa Socialista”; “Lista 52, PAIS; “Lista 90, Partido Socialista-Movimiento Socialista”; “Lista 205, Movimiento “20 de Mayo”; “Lista 567, Partido por la Victoria del Pueblo; “Lista 609, Espacio 609; “Lista 711, Compromiso Frenteamplista”; “Lista 800, Baluarte Progresista”; “Lista 871, Partido Obrero Revolucionario”; “Lista 1001, Democracia Avanzada”; “Lista 1813, Liga Federal Frenteamplista”; “Lista 1968, Partido Socialista de los Trabajadores- Espacio 1968”; “Lista 2121, Asamblea Uruguay”; “Lista 3040, Izquierda Abierta”; “Lista 5271, Corriente de Izquierda”; “Lista 7373, Corriente de Acción y Pensamiento–Libertad”; “Lista 9393, CUF”; “Lista 99738, Alianza Progresista-Nuevo Espacio”; e “Lista 775005, Vertiente Artiguista – La 5005”.

No entanto, a dinâmica da distribuição das chapas foi precedida pela dinâmica de apresentação dos candidatos à presidência do Frente Amplio. Após de um processo em que houve diferentes possíveis candidatos, foram finalmente apresentados e avaliados pelo Plenario Nacional de março de 2012 os candidatos: Mónica Xavier, Juan Castillo, Ernesto Agazzi e Enrique Rubio.

Importa salientar que embora na chapa de apresentação dos candidatos não estivesse identificada com setores (por definição estatutária) todos os candidatos pertenciam algum dos principais setores partidários.

A primeira candidata (e posteriormente eleita) apresentada foi a até então Senadora pelo Partido Socialista, Mónica Xavier. Essa candidatura recebeu o apoio do Frente Liber Seregni (do qual Danilo Astori é o líder principal) que está integrado por: Asamblea Uruguay, o Nuevo Espacio, Alianza Progresista, Banderas de Liber e a Lista 52-PAIS. Além do Frente Liber Seregni e do Partido Socialista que lançou a candidatura, Mónica Xavier foi apoiada pelas listas: 205, Movimiento “20 de Mayo” e 871, Partido Obrero Revolucionário

A candidatura do Senador Enrique Rubio, líder da Vertiente Artiguista contou com o apoio de dois setores que se coligaram conformando o Frente Unido: a lista 711, liderada por Raúl Sendic e a Lista 5005, liderada pelo pro Secretário da Presidência da República, Diego Cánepa. Além disso, Rubio foi apoiado pela lista 27, Claveles Rojos.

A candidatura de Ernesto Agazzi foi lançada pela principal fração do FA (o MPP) depois de um longo processo de avanços e recuos em que foram-se adotando diversas posições sobre se apoiar possíveis candidatos de outros setores, tais como Alejandro Zavala (Ir), Miguel Fernandez Galeano (Lista 711) e o próprio Enrique Rubio (Vertiente Artigista). Nenhuma dessas candidaturas contou com o respaldo interno suficiente e finalmente o setor se lançou uma candidatura própria.

No entanto, a candidatura de Agazzi não contou com o respaldo das frações aliadas do MPP nas eleições nacionais nem com alguns dos seus aliados circunstanciais: Claveles Rojos e Compromiso Frente Amplista apoiaram a candidatura de Rubio; e o Partido por la Victoria del Pueblo e a Corriente de Acción y Pensamiento-Libertad não apoiaram nenhuma candidatura deixando em liberdade de ação aos seus militantes. A candidatura de Agazzi unicamente recebeu o apoio da chapa 1968, Partido Socialista de los Trabajadores.

Finalmente, o Partido Comunista decidiu lançar uma candidatura própria com o até então líder sindical Juan Castillo. Além da chapa 1001, a candidatura de Castillo foi apoiada pela lista 800, Baluarte Progresista e a lista 3040, Izquierda Abierta.

Os setores políticos que não apoiaram nenhuma candidatura foram o Partido por la Victoria del Pueblo, a Corriente de Acción y Pensamiento-Libertad, a Liga Federal Frenteamplista, a CUF, e a Corriente de Izquierda.

**Os resultados eleitorais 2012**

Nas eleições para o Presidente do Frente Amplio votaram 170.770 filhados, sendo que o 17,5% desses votos foram em branco ou nulos[[27]](#footnote-27). Em meia 73% dos votos foram observados no momento da votação[[28]](#footnote-28). Entre os votos válidos, Mónica Xavier obteve o 43% do total, seguida por Agazzi com o 23%, Rubio 18% e Castillo com 16% dos votos válidos.

 **Resultados Eleição Interna 2012. Presidência, FA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Candidato | Votos | % | % válidos |
| Agazzi, Ernesto | 32366 | 18,95 | 22,97 |
| Castillo, Juan | 21953 | 12,86 | 15,58 |
| Rubio, Enrique | 25958 | 15,20 | 18,42 |
| Xavier, Mónica | 60611 | 35,49 | 43,02 |
| Branco e Nulo | 29882 | 17,50 | n/c |
| Total | 170770 | 100 | 100 |

 Fuente: Frente Amplio

No entanto, para a eleição dos representantes das frações no Plenario Nacional o total de votos validos foi de 129254, isto é pouco mais de 11000 menos do que a quantidade de votos validos para a presidência. Os setores políticos mais votados foram o MPP (19,88%), o Partido Socialista (19,68%), Asamblea Uruguai (13,92%) e o Partido Comunista (Democracia Avanzada) com o 13,16% dos votos.

 **Resultados Eleição Interna 2012. Setores Políticos, FA**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Chapa | Setor | Q Votos  |  % Votos | Q votos PN\* | % votos PN |
| 27 | CR  | 1439 | 1,11 | 1 | 1,18 |
| 52 | GP  | 1280 | 0,99 | 1 | 1,18 |
| 90 | PS  | 25436 | 19,68 | 16 | 18,82 |
| 205 | 20M  | 114 | 0,09 | 1 | 1,18 |
| 567 | PVP  | 2727 | 2,11 | 1 | 1,18 |
| 609 | MPP  | 25822 | 19,98 | 17 | 20 |
| 711 | CF  | 5784 | 4,47 | 3 | 3,53 |
| 800 | BP  | 1335 | 1,03 | 1 | 1,18 |
| 871 | POR  | 437 | 0,34 | 1 | 1,18 |
| 1001 | DA  | 17012 | 13,16 | 11 | 12,94 |
| 1813 | LFF  | 3960 | 3,06 | 2 | 2,35 |
| 1968 | PST  | 464 | 0,36 | 1 | 1,18 |
| 2121 | AU  | 17990 | 13,92 | 11 | 12,94 |
| 3040 | IA  | 296 | 0,23 | 1 | 1,18 |
| 5271 | CI  | 216 | 0,17 | 1 | 1,18 |
| 7373 | CAP-L  | 2985 | 2,31 | 1 | 1,18 |
| 9393 | CUF  | 156 | 0,12 | 1 | 1,18 |
| 99738 | AP-NE  | 12730 | 9,85 | 8 | 9,41 |
| 775005 | VA  | 9071 | 7,02 | 6 | 7,06 |
| Total |   | 129254 | 100 | 85 | 100 |

 Fonte: Elaboração própria com base em resultados eleitorais FA 2012

 \*Calculados com base no procedimento estabelecido no Anexo I dos Estatutos FA

Assim mesmo, considerando a distribuição dos lugares das frações resultante no Plenario Nacional (coluna 5 da tabela anterior) pode ser analisada a desproporcionalidade gerada pelo sistema eleitoral, assim como o número efetivo de frações.

A desproporcionalidade do sistema na transformação de votos em assentos é reportada pelo índice de quadrados mínimos[[29]](#footnote-29). O valor do índice para as eleições de 2012 foi de 2,36, um valor relativamente baixo conforme o esperado em um sistema altamente representativo como o descrito anteriormente. Contudo, ao ser comparado com os resultados das três eleições anteriores observa-se que a desproporcionalidade do sistema aumenta em cada eleição. Essa desproporcionalidade é causada pelo aumento da quantidade de frações que concorrem na eleição combinado com disposição eleitoral que outorga um lugar no Plenario Nacional a cada uma dessas frações, com independência da quantidade de votos atingidos.

 Fonte: Elaboração própria com base em resultados eleitorais FA 2012 e Vera (2012)

 \*Só Setores Políticos

De fato, em ausência dessa disposição cinco frações não teriam atingido um lugar no PN[[30]](#footnote-30): Movimento “20 de Maio”; Partido Obrero Revolucionário; Partido Socialista dos Trabalhadores; Izquierda Abierta; Corriente de Izquierda; e Corriente Unidad Frenteamplista. Os setores que perderam de ganhar mais um voto por causa dessa disposição foram: Partido Socialista; Partido Por la Victoria del Pueblo; Liga Federal Frenteamplista; Asamblea Uruguay e Corriente de Acción y Pensamiento-Libertad. Observa-se que não necessariamente são os setores com maior quantidade de representantes os que perdem votos no PN por efeito do sistema eleitoral, senão que na última eleição essa disposição afetou em maior medida a setores que apenas atingiram entre um e dois representantes no PN.

No que diz respeito ao número efetivo de frações (NEF), foi calculado com base nos resultados eleitorais (NEFei) e para a distribuição dos setores políticos no Plenario Nacional (NEFpn). O primeiro mostra que há um total 7,45 frações com peso na eleição, e que logo da distribuição de lugares no PN esse número atinge quase oito frações. No entanto, ao ser comparado com o resultado das três eleições anteriores também é possível observar que a fragmentação interna tem aumentando em cada eleição.

 Fonte: Elaboração própria com base em resultados eleitorais FA 2012 e Vera (2012)

 \*Só Setores Políticos

Este aumento na fragmentação interna se reflete no aumento desproporcionado do número de coalizões mínima ganhadoras que podem-se formar no PN, como apresenta o gráfico seguinte. Uma coalizão mínima ganhadora se define como aquela coalizão que voltaria ser perdedora ou bloqueadora com a subtração de qualquer um dos seus integrantes (Riker 1992: 166). Para calcular o total de coalizões mínimas ganhadoras utilizaram-se os umbrais de 2/3 e 4/5 dos integrantes dos setores no PN[[31]](#footnote-31).

O aumento na quantidade de coalizões mínimas ganhadoras que podem se formar no PN (considerando individualmente a quantidade de votos de cada fração) também implica que as possibilidades de bloquear decisões tenham aumentado exponencialmente em essa eleição. Desde o ponto de vista da efetividade da organização isto implicaria grandes chances de paralização dentro de seu máximo órgão de decisão.

 Fonte: Elaboração própria com base em resultados eleitorais FA 2012 e Vera (2012)

 \*Só setores políticos

Como mostra o gráfico anterior, com um grande número de frações é possível formar um alto número de coalizões mínimas ganhadoras, que podem ser positivas ou de veto. Ao mesmo tempo, não todas as frações têm a mesma chance de integrar essas coalizões, pelo qual uma pergunta central é se algumas dessas frações pode ter maior importância que outras para a formação de coalizões e como consequência, se é mais provável que esteja incluída nela. Neste sentido Colomer afirma que o poder de um partido para formar uma coalizão não se corresponde mecanicamente com o número de assentos com que conta. Um partido relativamente pequeno que cumpra um role pivô para formar uma coalizão ganhadora pode ter alto poder para negociar pagos compensatórios (Colomer 2009: 283). Esses tipos de situações são modelados matematicamente pelos chamados jogos simples de votação ponderada e podem ser calculados mediante a utilização de índices de poder[[32]](#footnote-32). Este índice mensura a proporção de coalizões ganhadoras potenciais em que uma fração é pivô; isto é, que sua inclusão é necessária para que a coalizão seja ganhadora.

 Fonte: Elaboração própria com base em resultados eleitorais FA 2012

 \*Só setores políticos

O gráfico anterior apresenta o índice de Banzhaf construído a partir da distribuição individual das frações no Plenario Nacional na eleição de 2012. Ele amostra que existem seis frações com maior probabilidade de formar uma coalizão dentro do Plenario para as decisões que requeiram 2/3 ou 4/5 dos votos. Essa distribuição foi calculada com base nas chances individuais das frações. Contudo, como foi dito anteriormente, a dinâmica de competição nessas eleições foi marcada pelas candidaturas a presidência do Frente Amplio. Por isso, tomando os diferentes posicionamentos das frações sobre essas candidaturas pode-se construir uma outra distribuição do índice que seja mais próxima a realidade política no PN finalizada a eleição. Isso é apresentado no seguinte gráfico.

 Fonte: Elaboração própria com base em resultados eleitorais FA 2012

 \*Só setores políticos

Observa-se que as frações que definiram não apoiar candidatos à presidência ficaram quase sem nenhuma chance de serem incluídas nas decisões dentro do PN, e que os agrupamentos de frações que têm poder de decisão dentro do PN desceram a quatro, o que pode ser caracterizado como uma *pressão redutora* (no sentido usado por Buquet *et. al,* 1998) no nível de fragmentação interna gerado pela inclusão da competição para a presidência na eleição interna do Frente Amplio.

Essa *pressão redutora* poderia ter sido avaliada apenas no momento da eleição, no entanto os movimentos posteriores confirmaram a existência de uma nova dinâmica interna das frações do Frente Amplio caracterizada pela formação de grandes aglomerados de frações. De fato, prévio ao VI congresso do FA[[33]](#footnote-33) foi estabelecido o acordo do denominado “Grupo de los 8”, um bloco que propunha um “giro a esquerda” integrado pelo Movimiento de Participación Popular, o Partido Comunista, o Frente Unido (que integram a Vertiente Artiguista, Lista 5005 y Movimento Alternativa Socialista), a Liga Federal Frenteamplista, o Frente Izquierda de Liberación e Compromiso Frenteamplista. A primeira ação conjunta do grupo foi formular um documento com "Énfasis programáticos 2015-2020" ao documento de base aprovado pelo Plenario Nacional e que seria submetido para consideração do congresso[[34]](#footnote-34). Entre outras medidas, nele se propunha avançar na distribuição da riqueza por meio do desenvolvimento de um novo modelo econômico, impostos sobre os lucros extraordinários, aprofundamento da reforma tributária.

Apesar que o grupo não tenha atuado totalmente coordenado dentro do congresso e não todas as frações integrantes tenham permanecido, atualmente constitui uma nova realidade política interna dentro do Frente Amplio. Depois das eleições primarias de junho de 2014 que definiram ao Dr. Tabaré Vázquez como candidato presidencial, o agrupamento conseguiu colocar um dos seus membros (Raúl Sendic, líder de Compromisso Frenteamplista) como candidato do FA a vice presidência. Assim mesmo, o agrupamento anunciou recentemente a formação de um sublema conjunto para as eleições nacionais de outubro de 2014[[35]](#footnote-35).

 Fonte: Elaboração própria com base em resultados eleitorais FA 2012

 \*Só setores políticos

Além do grupo dos oito a nova estrutura de competição do Frente Amplio se completa com o Frente Liber Seregni, o Partido Socialista, e um conjunto de frações que quase não têm chances de serem incluídas nas coalizões mínimas ganhadoras, tais como mostra o gráfico anterior[[36]](#footnote-36). O efeito redutor da fragmentação interna também se reflete na significativa redução do total de coalizões mínimas ganhadoras que podem se formar no PN. Elas somente atingem as 320 e 229 para as maiorias de 2/3 e 3/5 respectivamente, níveis similares aos registrados no período 1971-1997, quando a interna do partido era menos complexa. Com isso, ao contrário de uma fase de polarização (tal como foi visto a formação do grupo dos oito por referentes do Frente Liber Seregni[[37]](#footnote-37)) surgiu um novo cenário interno de equilíbrio e negociação que se combina com um incremento nas possibilidades de resolução dos assuntos do partido (dimensão de efetividade), tais como mostrou o resultado do congresso de novembro[[38]](#footnote-38).

**6. Conclusões**

A principal conclusão deste trabalho é a constatação de uma redução da fragmentação interna no Plenario do Frente Amplio, como resultado da mudança na dinâmica de competição gerada pela introdução da eleição para a presidência do partido junto com as eleições dos integrantes do PN.

A competição para a presidência fez com que a maioria das frações que também concorriam por lugares dentro do Plenario Nacional optasse por apoiar uma das candidaturas o que desencadeou uma aproximação entre elas[[39]](#footnote-39). A formação do Frente Unido e logo do Grupo de los 8 da conta desse processo de convergência.

Olhadas no longo prazo, as reformas estatuarias que tinha desenvolvido o Frente Amplio, em particular, a incorporação dos setores até então integrantes do Encuentro Progresista e Nueva Mayoría na estrutura interna e a incremento do número de votos dentro do Plenario em 2006, ampliaram enormemente possibilidades conformação de coalizões e por tanto, as possibilidades de vetos ou bloqueios nas decisões. A resposta racional das principais frações foi conformar coalizões amplas para atingir a maior quantidade de votos possíveis no Plenario Nacional. Primeiramente conformou-se o Frente Liber Seregni em 2009, mas o decorrer da competição e as aproximações programáticas fizeram com que outras frações também tentassem alianças mais ou menos permanentes. O Frente Unido e depois a formação do grupo dos oito percorreram esse caminho: “El FA se potencia con la fortaleza de sus organizaciones, no con la atomización, por eso estamos hoy acá”[[40]](#footnote-40). Até agora, entre as frações maiores só Partido Socialista não mantém alianças permanentes é só constrói alianças eleitorais circunstanciais.

A reforma de 2011 exerceu uma *pressão redutora* do número de frações dentro do Plenario Nacional o que se reflete no aumento da efetividade do órgão para a tomada de decisões mensurado pela redução (aos níveis anteriores de 2002) das possibilidades de formação de coalizões mínimas ganhadoras. Surgiu então um novo cenário interno de equilíbrio que favorece a negociação, combinado com um incremento nas possibilidades de resolução dos assuntos do partido.

**Bibliografia**

Abal Medina, Juan (2002). "Elementos teóricos para el análisis contemporáneo de los partidos políticos: un reordenamiento del campo semántico". Em Cavarozzi, Marcelo & Abal Medina, Juan (Comp.), *El Asedio a la Política*. Santa Fe: Homo Sapiens. pp. 33-54.

Aguiar, Cesar (1984). *Partidos y elecciones*. Montevideo: Ciedur.

Aguirre Bayley, Miguel (2005). *Frente Amplio. «La admirable alarma de 1971»*. Montevideo: Cauce.

Alcántara Sáez, Manuel & Freidenberg, Flavia (2001). "Organización y Funcionamiento Interno de los Partidos Políticos en América Latina". Em Alcántara Sáez, Manuel & Freidenberg, Flavia (Eds.), *Partidos Políticos de América Latina: Cono Sur*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. pp. 11-30.

Alcántara Sáez, Manuel & Freidenberg, Flavia (Eds.) (2001). *Partidos Políticos de América Latina: Cono Sur*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

Bottinelli, Oscar (1995). "La reforma electoral y sus efectos". Em Instituto de Ciencia Política - Departamento de Sociología FCS - UdelaR, FCU. Disponível: http://www.factum.edu.uy/, acceso: 01/06/2009.

Bottinelli, Oscar (1999). "Los efectos políticos de la Reforma Constitucional". Em *Conferencia en el Paraninfo de la Universidad de la República,* Instituto de Derecho Constitucional de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Disponível: http://www.factum.edu.uy/, acceso: 01/06/2009.

Boucek, Françoise (2009). "Rethinking factionalism. Typologies, intra-party dynamics and three Faces of factionalism". Em *Party politics Vol. 15 Nº 4*. pp. 1-31.

Buquet, Daniel (2000). "Fragmentación y fraccionalización política: de la oferta electoral a la conformación del gobierno". Em Lanzaro, Jorge (Coord.), *La "segunda" transición en el Uruguay*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria. pp. 259-296.

Buquet, Daniel; Chasquetti, Daniel & Moraes, Juan Andrés (1998). *Fragmentación Política y Gobierno en Uruguay: ¿Un Enfermo Imaginario?* Montevideo: Instituto de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República.

Caramani, Daniele & Hug, Simon (1998). “The literature on european parties and party systems since 1945: A quantitative analysis”. Em *Eurpoean Journal of Political Research Nº33*. pp. 497-524

Colomer, Josep (1990). *El arte de la manipulación política*. Barcelona: Anagrama.

Cox, Gary (2004). La coordnación estratégica de los sistemas electorales del mundo. Hacer que los votos cuenten. Barcelona: Gedisa.

Duverger, Maurice (1957). *Los partidos políticos*. México: Fondo de Cultura Económica.

Duverger, Maurice (1986). "Duverger's law: forty years later". En Grofman, Bernard & Lijphart, Arend (Eds.), Electoral laws and their political consequences. New York: Agathon Press. pp. 69-84.

González, Luis (1991). "Legislación electoral y sistemas de partidos: el caso uruguayo". Em *Revista Uruguaya de Ciencia Política 4*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria-Instituto de Ciencia Política. pp. 9-27.

González, Luis (1993). *Estructuras políticas y democracia en Uruguay*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria.

Jones, Mark (1994). "Presidential election laws and multipartism in Latin America". En Polítical Research Quarterly, 47. pp. 41-57.

Jones, Mark (1995). "A guide to the electoral systems of the Americas". En Electoral Studies, 14. pp. 5-21.

Katz, Richard (1986). "Intraparty preference voting". Em Grofman, Bernard & Lijphart, Arend (Eds.), *Electoral laws and their political consequences*. New York: Agathon Press.

Kitschelt, Herbert (1994). *The Transformation of European Social Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press

Laakso, Markku & Taagepera, Rein (1979). "`Effective` Number of Parties. A Measure With Application to West Europe". Em *Comparative Political Estudies*. Vol. 12, Nº1, April 1979. pp. 3-27.

Lanzaro, Jorge (2001). "El Frente Amplio: un partido de coalición, entre la lógica de oposición y la lógica de gobierno". Em *Revista Uruguaya de Ciencia Política 12/2001*. Instituto de Ciencia Política. pp. 35-67.

Lanzaro, Jorge (2004). "La izquierda se acerca a los uruguayos y los uruguayos se acercan a la izquierda. Claves del desarrollo del Frente Amplio". Em Lanzaro, Jorge (Coord.), *La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno*. Montevideo: Fin de siglo. pp. 13-107.

Martínez Barahona, Elena (2000). *Hacia una nueva alternativa de organización partidista: el caso uruguayo del FA*. Tesina de Maestría en Estudios Latinoamericanos. Salamanca: Instituto Interuniversitario de Estudios de Iberoamérica y Portugal. Universidad de Salamanca.

Martínez Barahona, Elena (2001). "Uruguay". Em Alcántara Sáez, Manuel & Freidenberg, Flavia (Eds.), *Partidos Políticos de América Latina: Cono Sur*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. pp. 425-557.

Monestier, Felipe (1999). "Partidos por dentro: la fraccionalización de los partidos políticos en el Uruguay (1954-1994)". Em *Los partidos políticos uruguayos en tiempos de cambio*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria. pp. 19-85.

Nohlen, Dieter (1981). *Sistemas electorales del mundo*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales.

Nohlen, Dieter (1998a). *Sistemas electorales y partidos políticos*. México: Fondo de Cultura Económica.

Nohlen, Dieter (1998b). "Sistemas electorales parlamentarios y presidenciales". Em Nohlen, Dieter, Picado, Sonia & Zovatto, Daniel (Eds.), *Tratado de derecho electoral de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica. pp. 294-333.

Nohlen, Dieter (1999). "El distrito electoral". Em *Ponencia en Seminario Internacional sobre Legislación y Organización Electoral.* Lima, 9 - 11 de Fevereiro, 1999.

Payne, J. Mark; Zovatto, Daniel; Carrillo, Fernando*; et al.* (2003). *La política importa. Democracia y desarrollo en América Latina*. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, Instituto Internacional para la Democracia y la Asistencia Electoral.

Piñeiro, Rafael & Yaffé, Jaime (2003). "¿Porqué se fraccionaliza la izquierda? Sistema electoral y fraccionalización partidaria en el Uruguay. El caso del Frente Amplio (1979-1999)". Em *Documentos de Trabajo Nº 41*. Montevideo: Departamento de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales.

Piñeiro, Rafael & Yaffé, Jaime (2004). "El Frente Amplio por dentro. Las fracciones frenteamplistas 1971-1999". Em Lanzaro, Jorge (Coord.), *La izquierda uruguaya entre la oposición y el gobierno*. Montevideo: Fin de siglo. pp. 297-319.

Queirolo, Rosario (2001). *La organización interna del Frente Amplio a treinta años de su fundación: 1971-2001*. Tesis de Maestría en Ciencia Política en Iberoamérica. Andalucía: Universidad Internacional de Andalucía - Sede Iberoamericana Sta. Ma. de la Rábida.

Rama, Germán (1987). *La democracia en Uruguay*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

Riker, William (1986). "Duverger's law revisited". En Grofman, Bernard & Lijphart, Arend (Eds.), Electoral laws and their political consequences. New York: Agathon Press. pp. 19-42.

Riker, William (1992). "Teoría de juegos y de las coaliciones políticas". Em *Diez textos básicos de ciencia política*. Barcelona: Ariel. pp. 151-169.

Sartori, Giovanni (1985). "La influencia de los sistemas electorales". Em *Estudios Publicos Nº17*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Públicos. pp. 5-36.

Sartori, Giovanni (1986). "The influence of electoral systems: faulty laws or faulty method". En Grofman, Bernard & Lijphart, Arend (Eds.), Electoral laws and their political consequences. New York: Agathon Press. pp. 43-68.

Sartori, Giovanni (1992). *Partidos y sistemas de partidos: marco para un análisis*. Madrid: Alianza

Shugart, Matthew & Carey, John (1992). Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamic. New York: Cambridge University Press.

Vera, Bruno (2012). “Sistema electoral, reglas de decisión y fraccionalización en le Frente Amplio: análisis de la estructura de oportunidades para las fracciones (1971-2008)”. Em *Cuarto Congreso Uruguayo de Ciencia Política, “La Ciencia Política desde el Sur”*. AUCIP. Disponível: [http://aucip.org.uy/docs/cuarto\_congreso/11112011%20-%20Vera,%20Bruno.pdf](http://aucip.org.uy/docs/cuarto_congreso/11112011%20-%20Vera%2C%20Bruno.pdf). Acesso: 25/07/2014.

Vernazza, Francisco (1989). "Minoristas, mayoristas y generalistas en el sistema electoral uruguayo". Em *Revista de Ciencia Política, Nº3*. Montevideo: Instituto de Ciencia Política. pp. 35-71.

Yaffé, Jaime (2002). "Crecimiento y renovación de la izquierda uruguaya (1971-2001)". Em *Revista Uruguaya de Ciencia Política 13/2002*. Montevideo: Instituto de Ciencia Política. pp. 35-57

Yaffé, Jaime (2005). *Al centro y adentro: La renovación de la izquierda y el triunfo del Frente Amplio en Uruguay.* Montevideo: Linardi y Risso.

1. Uma versão desse trabalho foi apresentada no “Quinto Congresso de Ciencia Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Asociación Uruguaya de Ciencia Política, 7-10 de octubre de 2014. [↑](#footnote-ref-1)
2. Na sua formulação mais simples as “Leis do Duverger” podem-se resumir em dois enunciados ou “fórmulas” esquemáticas: « […] el escrutinio mayoritario de una sola vuelta tiende al dualismo de los partidos. » (Duverger 1957: 245); e « […] el escrutinio mayoritario a dos vueltas o la representación proporcional tienden al multipartidismo.» (Duverger 1957: 266). Na reformulação sartoriana, o autor conclui que as leis eleitorais geram as seguintes tendências: « […] 1) Las fórmulas electorales pluralistas (un representante por distrito) facilitan un formato de dos partidos e, inversamente, obstruyen el multipartidismo; y 2) Las fórmulas de representación proporcional (más de un miembro por distrito) facilitan el multipartidismo e, inversamente, es difícil que conduzcan a un bipartidismo si éste no existía de antemano” » (Sartori 1985: 6). [↑](#footnote-ref-2)
3. Sartori entende por fração toda unidade relevante ao interior dos partidos. Essa categoria é diferente do termo fação, isto é um grupo específico de poder; e da tendência, isto é um conjunto estabelecido de atitudes (Sartori 1992: 100). Boucek (2009) aprofunda a discussão conceitual dessa categoria, identificando três tipos de frações em função da dinâmica que mostram no seu comportamento: frações cooperativas, competitivas y degenerativas (Boucek 2009: 15-23). [↑](#footnote-ref-3)
4. Uruguai está dividido administrativamente em 19 departamentos. Eles são governados por um Intendente e una Junta Departamental de 31 membros. Em 2009 foi criado um terceiro nível de governo (municipal) que é governado por um órgão de 5 membros dos quais o presidente é chamado de alcaide e os restantes de vereadores. Em 2010 começaram a funcionar 89 municípios. [↑](#footnote-ref-4)
5. «El NEF es una adaptación del Número Efectivo de Partidos (NEP) propuesto por Laakso & Taagepera (1979) para medir el número de agentes relevantes dentro de un sistema. Buquet lo utiliza con el cometido de medir el número de fracciones dentro de cada partido, considerándolas a todas y ponderándolas según su peso electoral (NEF-e) o parlamentario (NEF-p). Se calcula de la misma forma que el NEP sustituyendo la proporción de votos o bancas de cada partido en el total de votos por la proporción de votos o bancas de cada fracción en el total de votos o bancas de su partido. Su fórmula es entonces $^{1}/\_{\sum\_{}^{}p^{2}}$ siendo “p” la proporción de votos (NEF-e) de cada fracción en el total de votos de su partido o la proporción de bancas (NEF-p) obtenidas por cada fracción en el total de bancas obtenidas por su partido» (Piñeiro & Yaffé 2003: 5). [↑](#footnote-ref-5)
6. Ao longo dos anos, o Frente Amplio constituiu duas alianças político-eleitorais com grupos menores. A primeira como o Encuentro Progresista se constituiu em 1994. Em novembro desse ano essa aliança participou das eleições nacionais com a chapa Encuentro Progrsista. Nas eleições seguintes (1999) o fez com a chapa Encuentro Progresista-Frente Amplio. Em 2002 somou-se a aliança a Nueva Mayoria e nas eleições de 2004 o Frente Amplio concorreu com a chapa Frente Amplio-Encuentro Progresista-Nueva Mayoría. Finalmente, os setores integrantes de ambas alianças incorporaram-se na estrutura do Frente Amplio em 2006, e em 2009 competiram todos na chapa Frente Amplio. [↑](#footnote-ref-6)
7. Os fundadores do FA foram: o Movimiento por el Gobierno del Pueblo; o Partido Demócrata Cristiano; o Movimiento Blanco Popular y Progresista; o Frente Izquierda de Liberación; o Partido Comunista, o Partido socialista (Izquierda Nacional); o Partido Socialista (Movimiento Socialista); o Movimiento Herrerista; os Grupos de Acción Unificadora; o Partido Obrero Revolucionario, o Movimiento Revolucionario Oriental, o Comité Ejecutivo Provisorio de los ciudadanos que formularon el llamamiento del 7 de Octubre de 1970; e invitados especiais, entre eles os Generais Liber Seregni e Victor Licandro, e o Presidente de la Convención Nacional de Trabajadores, José D’Elía. Poucos dias mais tarde sumou-se a Unión Popular (Aguirre Bayley 2005: 38-50). [↑](#footnote-ref-7)
8. Existiam restrições para a formação de coalizões derivadas do artigo 79 da Constituição uruguaia de 1967. Esse artigo estabelecia que a acumulação por “lemas” (que podem ser entendidos como um nome que estabelece um comum denominador entre todas as chapas do mesmo partido) unicamente podia ser feita em função de “lemas permanentes”, definindo como tais aqueles que tinham participado da eleição anterior e tinham obtido representação parlamentaria. Como sinala Aguirre Bayley, os setores fundadores do FA definiram competir sob o lema “Partido Demócrata Cristiano”, que conjuntamente com o lema “Frente Izquierda de Liberación” (nesse momento maioritário), constituíam os únicos dois com possibilidades de superar essa restrição constitucional e por isso, possibilitavam a inscrição de diferentes “sublemas” ao seu interior (Aguirre Bayley 2005: 53-54). Cabe lembrar que o dobro voto simultâneo (DVS) —por um lema e uma chapa de candidatos— utilizou-se no sistema eleitoral uruguaio até a eleição de 1994 para a eleição ao nível nacional dos órgãos unipessoais —presidente e vice presidente da República— (Bottinelli 1995). A lista que contém esses candidatos é chamada de “fórmula presidencial” (Buquet*, et. al.* 1998: 9). No entanto, o triplo voto simultâneo implicava que além da possibilidade de apresentar diversas chapas sob o mesmo lema (DVS), existia a possibilidade de formar sublemas entre chapas. Nesse casso o voto se fazia por um lema, um sublema e uma chapa de candidatos (Bottinelli 1995; Buquet*, et. al.* 1998: 10). Na reforma Constitucional de 1996 —vigente em 1997—, entre outras modificações, foi eliminado o DVS para a eleição direta da “fórmula presidencial” (Bottinelli 1999). [↑](#footnote-ref-8)
9. Documentos disponíveis na página web do Frente Amplio: http://www.frenteamplio.org.uy/documentos/fundacionales [↑](#footnote-ref-9)
10. Entendendo por isso aquelas pessoas que não declaram integrar nenhuma das frações do FA (Yaffé 2005: 116). [↑](#footnote-ref-10)
11. Inicialmente o líder do FA foi uma figura independente, seu primeiro Presidente Liber Seregni. Embora tenha enfrentado desafios —tais como na segunda metade dos 80´ a figura de Hugo Batalla, líder do Movimiento por el Gobierno del Pueblo (MPG)— a liderança de Seregni só foi substituída depois de um longo processo de declive e competição interna, pela liderança de Tabaré Vázquez, em meados dos 90´. Assim mesmo Vázquez que era líder de uma fração do FA —o Partido Socialista— tornou-se líder do FA no processo de competição interna —com Seregni e com outro líder de fração, Danilo Astori— e só depois de ter exercido com sucesso o primeiro governo do FA no departamento de Montevideo. Para mais detalhes da competição interna e mudança de lideranças no FA, ver Yaffé (2005: 116-120). [↑](#footnote-ref-11)
12. Isso com independência que tenham se mantido fortes identidades, estruturas e denominações (Piñeiro & Yaffé 2004: 299). [↑](#footnote-ref-12)
13. Para uma análise detalhada do desenvolvimento do mapa de frações do FA ver Piñeiro & Yaffé (2004: 300-304). [↑](#footnote-ref-13)
14. Para uma análise das mudanças no Plenario Nacional nessas três dimensões ver Vera (2012). [↑](#footnote-ref-14)
15. A expressão setores políticos é utilizada nos Estatutos partidários em referências as frações, neste trabalho as duas expressões se utilizam indistintamente. [↑](#footnote-ref-15)
16. Desde 1993 as distinções formais que estabelecem os Estatutos do Frente Amplio entre seus filiados (“adherentes”) variam em função do tempo de filiação, o tipo de órgão, a idade, além da cotização com o partido. Aqueles filiados com menos de 20 dias não podem exercer seus direitos como adherentes; quem têm menos de 60 dias de afiliados ou 16 anos não podem ser eleitos para integrar a Mesa de um Comité de Base; aqueles que não contam com 180 dias de afiliados não podem ser eleitos como delegados para a Coordinadora Zonal e o Plenario Departamental; e finalmente para ser elegível como delegado ao Plenario Nacional tem que ter um ano como afiliado e mais de 18 anos de idade (Estatutos FA 2008, Arts. 2-5). [↑](#footnote-ref-16)
17. Embora a disposição leve o título de “por única vez” não pode-se determinar se isso será o que acontecerá efetivamente já que nos numerais 2 e 3 se estabelece que: “Previo a las elecciones nacionales subsiguientes de carácter interno se evaluará políticamente la aplicación del procedimiento de designación del Presidente del Frente Amplio establecido en el numeral anterior”; y (3) “De no llegar a las mayorías requeridas (4/5) para aplicar nuevamente esta disposición se aplicará el procedimiento previsto en este estatuto”(Estatuto FA, 2011). [↑](#footnote-ref-17)
18. O voto conjunto implica que além de serem simultâneas, o sufrágio pelas chapas de candidatos é feito na mesma folha de votação, correspondente ao mesmo “lema”, sendo impedida a possibilidade do eleitor cortar as diferentes chapas (Bottinelli 1995; Buquet*, et. al.* 1998: 10). [↑](#footnote-ref-18)
19. A distribuição dos delegados de base ao PN em 1997 se fez com base em 36 distritos (18 correspondentes com a divisão em Coordinadoras em Montevideo e 18 correspondentes com a divisão em departamentos do interior do país. Em 2002 e 2006 se fez com base em 39 distritos (18 de Montevideo, 4 correspondentes com a divisão em Zonales de Canelones e 19 correspondentes com a divisão em departamentos do resto do País). Na eleição de 2012 se adicionaram três novos distritos eleitorais para o exterior, somando 42 em total. [↑](#footnote-ref-19)
20. Segundo Payne*, et al.* a representação proporcional pura implica que «[…] existe una circunscripción electoral única (el país entero) cuyo votos totales determinan la asignación de escaños […]» (Payne*, et al.* 2003: 94-95). [↑](#footnote-ref-20)
21. Para assignar lugares pelo sistema Hare «[…] el total de votos válidos emitidos por circunscripción se divide entre el número de escaños que se disputan. Cada partido tiene los escaños correspondientes a la cantidad de veces que el cociente de la circunscripción quepa en la cantidad de votos obtenidos por el partido». No caso em que existam lugares sem ocupar, aplica-se um outro método de atribuição «El método típico consiste em otorgarlos a los partidos con resto más alto que resulte de dividir los votos válidos de ese partido por el cociente» (Payne*, et al.* 2003: 98-99). [↑](#footnote-ref-21)
22. Para uma breve crônica ver: <http://www.lr21.com.uy/politica/288641-fa-constanza-sera-presidenta>; http://contratapapopular.blogspot.com.br/2008\_06\_01\_archive.html [↑](#footnote-ref-22)
23. Uma breve crônica do processo de seleção de candidatos no Plenario Departamental entre Carlos Varela, Daniel Martínez e Ana Olivera (finalmente escolhida) ver: <http://www2.elpais.com.uy/100126/pnacio-467660/politica/tercera-candidatura-a-la-imm-en-el-fa-ana-olivera/>; <http://www.uypress.net/uc_4293_1.html>; <http://www.ultimasnoticias.com.uy/hemeroteca/270110/prints/act03.html> [↑](#footnote-ref-23)
24. O projeto que teve aprovação dos Senadores não foi aprovado devido a que o Deputado oficialista Victor Semproni decidiu se retirar da sala no momento da votação, com o qual se produz um empate em 49 votos. Em novembro de 2011 Semproni foi sancionado com a suspensão de seus direitos como adherente ao FA. [↑](#footnote-ref-24)
25. O Senador comunista Eduardo Lorier desacatou esse mandato 11 dias depois que o Plenario Nacional tinha sancionado ao Partido Comunista com a não participação da estrutura interna devido a que o Senador Lorier e a Deputada Alicia Pintos não votaram em 2008 a Ley Geral de Educação. [↑](#footnote-ref-25)
26. Como foi o estabelecimento de assembleias dos Comités de Base previas a realização dos Plenarios; o estabelecimento de comissões para aprofundar as propostas sobre participação da juventude, participação virtual, entre outros. [↑](#footnote-ref-26)
27. O número total de votantes foi informado pelo presidente do partido Jorge Brovetto, na conferência de imprensa feita no dia 27 de maio de 2012 junto aos candidatos. O próprio Brovetto sinalou que nesse momento ainda não tinham todos os dados. Os dados finais de votos em branco e anulados não foi apresentado nos posteriores informes oficiais sobre a apuração dos votos. [↑](#footnote-ref-27)
28. Segundo o estabelecido no Estatuto partidário (Art. 2) e no Reglamento de Eleição (Art. 53 e 54) prevê a possibilidade de afiliação automática prévio ao momento da votação. Nesse caso (além do caso em que os adherentes não figuravam no padrão eleitoral) o voto era emitido em qualidade de “observado” e escrutado depois pela comissão eleitoral. Segundo o manifestado pelo presidente Brovetto, não todos os votos observados foram por causa de novas afiliações, senão que estimava que 2/3 partes correspondiam a adherentes do FA que votaram fora do seu local de votação. Ver http://www.frenteamplio.org.uy/noticia/informe-de-las-elecciones [↑](#footnote-ref-28)
29. Para calculá-lo elevam-se ao quadrado as diferenças entre a proporção de votos e lugares de cada fração, logo se sumam e o total é dividido entre dos. Se leva em conta a raiz quadrada desse valor. Os valores baixos indicam uma alta proporcionalidade, e as cifras altas uma baixa proporcionalidade do sistema (Payne*, et al.* 2003: 101). [↑](#footnote-ref-29)
30. Para fazer esse exercício se aplicou a formula de cálculo estabelecida para o cálculo da representação das frações na Mesa política, Anexo II do Estatuto FA. [↑](#footnote-ref-30)
31. Esses umbrais são os mais utilizados pelos Estatutos partidários para adoção decisões dentro do plenário que requerem algum tipo de maioria especial. Dos 32 temas que desde os Estatutos de 1993 requerem esse tipo de decisões, uma proporção de 0,34 requere maioria de 4/5 e uma proporção de 0,19 requere maioria de 2/3 (Vera 2012: 13-15). [↑](#footnote-ref-31)
32. Para calcular esse o índice de poder, assim como as coalizões mínimas ganhadoras se utilizou o programa MATHEMATICA. [↑](#footnote-ref-32)
33. O VI Congresso do Frente Amplio “Hugo Cores” foi feito os dias 23 e 24 de novembro de 2013 tendo como temas principais: (i) a aprovação do programa de governo 2015-2020; e (ii) a definição das candidaturas do partido para a eleição primaria de Junho de 2014, que definem o candidato para a presidência da República. [↑](#footnote-ref-33)
34. Documento elaborado pela comissão de programa do FA, titulado “Bases Programáticas. Tercer Gobierno Nacional del Frente Amplio. 2015/2020” e que foi aprovado pelo Plenario Nacional feito em setembro de 2013. [↑](#footnote-ref-34)
35. “Más Frente Amplio para más desarrollo con igualdad” é o nome do sublema e está integrado por o MPP, PCU, Fidel MAS, Compromiso Frenteamplista, CAP-L, Vertiente Artiguista y Lista 5005. Ver Caras & Caretas, 30/7/2014, disponível em http://www.carasycaretas.com.uy/fa-el-g8-tiene-el-primer-sublema/ [↑](#footnote-ref-35)
36. O PVP e outros setores que não integram o Plenario Nacional e apoiaram a candidatura de Constanza Moreira na eleição primaria de Junho conformariam um outro bloco. Além disso, o PST estabeleceria uma aliança eleitoral com o Partido Socialista (Jornal El Pais, 02/08/2014). [↑](#footnote-ref-36)
37. Ver http://www.elpais.com.uy/informacion/astorismo-cuestiona-postura-ideologica-sendic.html [↑](#footnote-ref-37)
38. Adolfo Garcé analisa os resultados do congresso e sinala que não houve grandes perdedores nem ganhadores. Ver http://www.analisislatino.com/notas.asp?id=6824 [↑](#footnote-ref-38)
39. “La semilla la plantaron em mayo y, aseguran, el árbol recién comienza a dar sus frutos” (Semanario Brecha, 05/10/2012). Acessível em http://brecha.com.uy/index.php/politica-uruguaya/667-otro-frente-en-obra?highlight=WyJpbnRlcm5hcyIsIm1heW8iXQ== [↑](#footnote-ref-39)
40. Dirigente de Compromiso Frenteamplista, Marcos Otegui na apresentação do Frente Unido, em setembro de 2013. [↑](#footnote-ref-40)